



CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS *MASTER*

Direito Administrativo

Agente da Polícia Civil

Período: 2010 - 2017

Sumário

Direito Administrativo	3
Fontes do Direito Administrativo	3
Princípios da Administração Pública	3
Lei de Acesso à Informação.....	3
Ato Administrativo	4
Organização Administrativa.....	6
Poder Administrativo	8
Controle Administrativo	8
Agentes Públicos.....	10
Improbidade Administrativa.....	12
Serviços Públicos	13
Gabarito	14

Direito Administrativo

Fontes do Direito Administrativo

1) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

Considerando as fontes do direito administrativo como sendo aquelas regras ou aqueles comportamentos que provocam o surgimento de uma norma posta, assinale a opção correta.

- a) A lei é uma fonte primária e deve ser considerada em seu sentido amplo para abranger inclusive os regulamentos administrativos.
- b) O acordo é uma importante fonte do direito administrativo por ser forma de regulamentar a convivência mediante a harmonização de pensamentos.
- c) Os costumes, pela falta de norma escrita, não podem ser considerados como fonte do direito administrativo.
- d) A jurisprudência é compreendida como sendo aquela emanada por estudiosos ao publicarem suas pesquisas acerca de determinada questão jurídica.
- e) Uma doutrina se consolida com reiteradas decisões judiciais sobre o mesmo tema.

Princípios da Administração Pública

2) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Quando a Administração Pública deixa de observar a proporcionalidade entre os meios de que se utiliza e os fins a que se destina, estará desrespeitando o princípio da

- a) moralidade.
- b) razoabilidade.
- c) impessoalidade.
- d) supremacia do interesse público.
- e) finalidade.

Lei de Acesso à Informação

3) VUNESP - Ag Pol (PC SP)/PC SP/2013

De acordo com o que dispõe a Lei n.º 12.527/11, os procedimentos nela previstos destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e, entre outras, com a seguinte diretriz:

- a) trabalho incansável do administrador público para evitar o controle social da administração pública.
- b) divulgação de todo o tipo de informação, pública ou privada, desde que solicitada.

- c) vedação da utilização dos meios de comunicação eletrônicos para transmissão das informações de interesse público.
- d) proibição da transparência na administração pública.
- e) observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.

Ato Administrativo

4) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública, que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigação ao administrado ou a si própria, corresponde à definição de

- a) poder hierárquico.
- b) fato jurídico.
- c) ato administrativo.
- d) fato normativo.
- e) poder normativo.

5) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Pode-se apontar como um dos requisitos, dentre outros, dos atos administrativos,

- a) a vinculação.
- b) a discricionariedade.
- c) o motivo.
- d) a faculdade.
- e) o caráter normativo.

6) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

O ato administrativo é uma espécie de ato jurídico de direito público, ou seja, suas características distinguem-no do ato jurídico de direito privado. Os atributos do ato administrativo – ato jurídico de direito público – incluem a

- a) legalidade, a publicidade e a imperatividade.
- b) presunção de legitimidade, a imperatividade e a autoexecutoriedade.
- c) imperatividade, o motivo, a finalidade e a autoexecutoriedade.
- d) eficiência, a presunção de legitimidade e a continuidade.
- e) proporcionalidade, a motivação e a moralidade.

7) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Diz-se que os atos administrativos são vinculados quando

- a) observam corretamente os princípios constitucionais da moralidade administrativa.
- b) a lei estabelece que, diante de determinados requisitos, a Administração deve agir de forma determinada.

c) o administrador público os pratica ultrapassando os limites regradados pelo sistema jurídico vigente.

d) a autoridade competente deixa de observar dispositivo constitucional obrigatório, quando deveria fazê-lo.

e) a lei estabelece várias situações passíveis de apreciação subjetiva pela autoridade competente.

8) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

As instruções, as circulares, as portarias, as ordens de serviço são exemplos de atos administrativos

a) ordinatórios.

b) compostos.

c) normativos.

d) negociais.

e) enunciativos.

9) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

O ato que concede aposentadoria a servidor público classifica-se como ato

a) simples.

b) discricionário.

c) composto.

d) declaratório.

e) complexo.

10) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

A edição de um ato administrativo contrário ao sistema jurídico vigente é passível de

a) anulação pela Administração Pública ou revogação pelo Poder Judiciário.

b) revogação pelo Poder Judiciário por razões de conveniência e oportunidade.

c) anulação pela Administração Pública ou pelo Poder Judiciário, respeitados os direitos adquiridos e os terceiros de boa-fé.

d) convalidação pelo Poder Judiciário por razões de ilegalidade.

e) convalidação pelo Poder Judiciário para respeitar os direitos adquiridos e os terceiros de boa-fé ou não.

11) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

O diretor-geral da polícia civil de determinado estado exarou um ato administrativo e, posteriormente, revogou-o, por entender ser inconveniente sua manutenção.

Nessa situação hipotética, o princípio em que se fundamentou o ato de revogação foi o princípio da

a) segurança jurídica.

- b) especialidade.
- c) autotutela.
- d) supremacia do interesse público.
- e) publicidade.

Organização Administrativa

12) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

A administração direta da União inclui

- a) a Casa Civil.
- b) o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).
- c) as agências executivas.
- d) o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
- e) a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

13) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Em relação às entidades da Administração Pública indireta, pode-se afirmar como correto que

- a) o controle estatal externo é exercido pelo Poder Executivo.
- b) as autoridades das entidades da Administração Indireta não podem ser tidas como coatoras para fins de mandado de segurança.
- c) o patrimônio da empresa pública é sempre insuscetível de penhora.
- d) as empresas prestadoras de serviços públicos não ficam sujeitas à intervenção, no caso de estado de sítio.
- e) os atos da autoridade autárquica têm natureza de ato administrativo.

14) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

Segundo a Lei Complementar Estadual nº 33/96, que institui o Código de Organização e de Procedimento da Administração Pública do Estado de Sergipe, são características das fundações públicas, exceto:

- a) Criação, estruturação, denominação e fixação de atribuições e competências por lei específica.
- b) Receita e quadro de pessoal próprio.
- c) Desempenho de atividades exclusivamente públicas, inseridas nas atribuições constitucionais do Estado de Sergipe.
- d) Patrimônio próprio, formado por bens originariamente livres do Estado de Sergipe, ou do Estado de Sergipe e de outras fontes, para assegurar a realização do fim específico da entidade.

15) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

Sobre o elemento "Forma" do ato administrativo e de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 33/96, que institui o Código de Organização e de Procedimento da Administração Pública do Estado de Sergipe, assinale a alternativa correta

- a) Salvo disposição legal em contrário, a forma escrita é exigível para os atos emanados de

órgãos colegiados, não se lhes dispensando todavia o registro em ata ou outro instrumento que a substitua.

b) Relacionam-se com a forma do ato administrativo as formalidades a observar, como tais entendidas as que constituam o conjunto de atos ou fatos, salvo os meramente rituais, exigidos por lei para segurança da formação, expressão ou execução da vontade do administrado.

c) Consideram-se essenciais à validade do ato administrativo as formalidades omitidas ou defeituosamente realizadas, ainda que se tenha produzido o resultado desejado sem ocorrência de lesão a direito do administrado.

d) Sempre que a lei não prescrever forma específica, ter-se-á como válido o ato administrativo, quanto a esse requisito, pelo exclusivo fato de haver-se praticado por escrito.

16) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

Assinale a alternativa correta acerca do “Poder Regulamentar do Estado”, tendo como base os conceitos trazidos pela Lei Complementar Estadual nº 33/96, que institui o Código de Organização e de Procedimento da Administração Pública do Estado de Sergipe:

a) É vedado incluir no regulamento somente matéria estranha à lei ou ao Decreto Legislativo regulamentado que diga respeito à restrição à liberdade e à propriedade de pessoas.

b) É vedado revogar regulamento de lei ou de Decreto Legislativo em vigor, sem que outro regulamento seja simultaneamente expedido.

c) É possível fazer constar de regulamento, ostensiva ou dissimuladamente, qualquer restrição à liberdade e à propriedade de pessoas.

d) É permitido expedir regulamento que não seja como meio de disciplina e controle da discricção administrativa, de modo a assegurar-se uniformidade de comportamento da Administração e igualdade de tratamento a quantos tenham de com esta se relacionar.

17) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

A Administração Pública Estadual, no desempenho da função administrativa, reger-se-á por alguns princípios gerais. Acerca do tema, assinale a alternativa correta e de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 33/96, que institui o Código de Organização e de Procedimento da Administração Pública do Estado de Sergipe:

a) Do Estado de Direito, significando a estrita submissão da função administrativa à lei, sem desvios ou abuso de competência, e unicamente para a realização do específico interesse público que determinou a outorga dessa mesma competência.

b) Da moralidade, significando o exercício da função administrativa de modo a não configurar promoção pessoal de agentes ou autoridades públicas, nem discriminações constitucionalmente injustificadas.

c) Da proporcionalidade, significando que, no desempenho da função administrativa suscetível de agravar a situação jurídica dos administrados, somente se adotarão providências cuja extensão e intensidade sejam indispensáveis para a realização do correspondente interesse público.

d) Da supremacia do interesse público, significando a vedação de qualquer comportamento administrativo que importe renúncia total ou parcial de poderes, salvo autorização legal.

Poder Administrativo

18) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

Com relação aos poderes administrativos e ao uso e abuso desses poderes, assinale a opção correta.

- a) O poder de polícia refere-se às relações jurídicas especiais, decorrentes de vínculos jurídicos específicos existentes entre o Estado e o particular.
- b) O poder disciplinar, mediante o qual a administração pública está autorizada a apurar e aplicar penalidades, alcança tão somente os servidores que compõem o seu quadro de pessoal.
- c) A invalidação, por motivos de ilegalidade, de conduta abusiva praticada por administradores públicos ocorre no âmbito judicial, mas não na esfera administrativa.
- d) Poder regulamentar é a competência atribuída às entidades administrativas para a edição de normas técnicas de caráter normativo, executivo e judicante.
- e) Insere-se no âmbito do poder hierárquico a prerrogativa que os agentes públicos possuem de rever os atos praticados pelos subordinados para anulá-los, quando estes forem considerados ilegais, ou revogá-los por conveniência e oportunidade, nos termos da legislação respectiva.

19) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

Após investigação, foi localizada, no interior da residência de Paulo, farta quantidade de Cannabis sativa, vulgarmente conhecida por maconha, razão por que Paulo foi preso em flagrante pelo crime de tráfico de drogas. No momento de sua prisão, Paulo tentou resistir, motivo pelo qual os policiais, utilizando da força necessária, efetuaram sua imobilização.

Nessa situação hipotética, foi exercido o poder administrativo denominado

- a) poder disciplinar, o qual permite que se detenham todos quantos estejam em desconformidade com a lei.
- b) poder regulamentar, que corresponde ao poder estatal de determinar quais práticas serão penalizadas no caso de o particular as cometer.
- c) poder hierárquico, devido ao fato de o Estado, representado na ocasião pelos policiais, ser um ente superior ao particular.
- d) poder discricionário, mas houve abuso no exercício desse poder, caracterizado pela utilização da força para proceder à prisão.
- e) poder de polícia, que corresponde ao direito do Estado em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.

Controle Administrativo

20) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

Acerca do controle da administração, assinale a opção correta.

- a) O controle por vinculação possui caráter externo, pois é atribuído a uma pessoa e se exerce

sobre os atos praticados por pessoa diversa.

b) Controle interno é o que se consuma pela verificação da conveniência e oportunidade da conduta administrativa.

c) O controle de legalidade é controle externo na medida em que é necessariamente processado por órgão jurisdicional.

d) Controle administrativo é a prerrogativa que a administração pública possui de fiscalizar e corrigir a sua própria atuação, restrita a critérios de mérito.

e) O controle que a União exerce sobre a FUNAI caracteriza-se como controle por subordinação, uma vez que esta é uma fundação pública federal.

21) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Com relação ao controle externo e interno da Administração Pública, pode-se afirmar como correto que

a) o controle judiciário dos atos administrativos é exercido pelo Poder Judiciário e pelo Tribunal de Contas.

b) compete ao Tribunal de Contas apreciar a legalidade dos atos de nomeação para cargo de provimento em comissão da Administração Indireta.

c) o controle exercido pelo Tribunal de Contas alcança a legalidade dos atos de concessão de aposentadoria de pessoal do Poder Legislativo.

d) não compete ao Tribunal de Contas apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal das Fundações Públicas.

e) o controle de mérito e de legalidade exercido pela Administração Pública sobre sua própria atividade independe de provocação da parte interessada.

22) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

A respeito do controle da administração pública, assinale a opção correta de acordo com as normas atinentes à improbidade administrativa previstas na Lei n.º 8.429/1992.

a) O controle dos órgãos da administração pública pelo Poder Legislativo decorre do poder de autotutela, que permite, por exemplo, ao Legislativo rever atos do Poder Executivo se ilegais, inoportunos ou inconvenientes.

b) O Senado Federal poderá sustar atos normativos dos Poderes Executivos federal, estadual, distrital ou municipal se esses atos exorbitarem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

c) No caso de entidade que receba subvenção financeira de órgão público, as sanções relativas à improbidade administrativa, previstas na Lei n.º 8.429/1992, prescrevem em dez anos, contados da data do recebimento da subvenção.

d) Para a caracterização de ato de improbidade administrativa, é necessário que fiquem demonstrados o enriquecimento ilícito e a conduta dolosa do agente público.

e) No âmbito da fiscalização financeira, cabe ao Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, exercer o controle externo da aplicação de recursos repassados pela União, mediante convênio, a estado, ao Distrito Federal ou a município.

Agentes Públicos

23) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

Acerca dos “Servidores Públicos” e das normas constitucionais pertinentes, assinale a alternativa correta e de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

- a) Salvo nos casos previstos na Constituição Federal e em lei complementar, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado.
- b) O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor do servidor público incidem sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo.
- c) O direito ao auxílio-alimentação se estende aos servidores inativos.
- d) É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

24) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

Com base nas disposições do Estatuto da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, assinale a opção correta a respeito das normas aplicáveis aos policiais civis ocupantes de cargos de atividade policial do quadro de pessoal policial da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco.

- a) A gratificação de função policial não poderá ser acumulada com outra gratificação referente a risco de vida.
- b) Os deveres do policial civil incluem dedicação e fidelidade à Pátria, cuja honra, segurança e integridade devem ser defendidas a todo o custo, desde que isso não implique em risco à sua própria vida.
- c) As penalidades disciplinares a que estão sujeitos os policiais civis incluem remoção de ofício, repreensão e suspensão.
- d) O ato de demissão de policial civil indicará apenas o fundamento legal da demissão: não mencionará a causa da penalidade.
- e) O policial civil que efetivamente exerça função policial poderá atuar em atividades de segurança privada, nos dias de folga, se expressamente autorizado pelo titular da respectiva delegacia.

25) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

O estágio probatório de servidor nomeado para cargo de provimento efetivo do governo do estado de Goiás tem o objetivo de apurar os requisitos necessários à sua confirmação no cargo para o qual foi nomeado. Os requisitos básicos a serem apurados no referido estágio probatório, previstos na LEG n.º 10.460/1988 e suas alterações, incluem

- a) idoneidade moral.
- b) disciplina.
- c) iniciativa.

- d) vigor físico.
- e) aptidão.

26) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

Juscelino, servidor público do estado de Goiás, praticou, no exercício da função, ato que resultará em sua responsabilização nas esferas civil, penal e administrativa. Entretanto, a sentença criminal o absolveu por falta de provas.

Nessa situação hipotética, de acordo com a LEG n.º 10.460/1988 e suas alterações,

- a) a absolvição criminal afasta a responsabilidade administrativa, mas não a responsabilidade civil de Juscelino.
- b) as responsabilidades civil e administrativa não poderão acumular-se, pois são dependentes.
- c) seria necessário que o ato praticado por Juscelino tivesse sido doloso, para que ele fosse responsabilizado civilmente.
- d) a absolvição criminal não afasta as responsabilidades civil e administrativa de Juscelino.
- e) a absolvição criminal afasta a responsabilidade civil, mas não a responsabilidade administrativa de Juscelino.

27) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016

Se os motivos determinantes da aposentadoria por invalidez de determinado funcionário do estado de Goiás forem considerados insubsistentes, o retorno desse funcionário às atividades no mesmo cargo será considerado, de acordo com a LEG n.º 10.460/1988 e suas alterações,

- a) readaptação.
- b) reversão.
- c) aproveitamento.
- d) reintegração.
- e) recondução.

28) IPAD - Ag (PC AC)/PC AC/2012

Sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Acre (Lei Complementar Estadual n.º 39/2003), é incorreto afirmar que:

- a) tal norma se aplica aos servidores pertencentes a qualquer dos Poderes do Estado do Acre.
- b) constituem requisitos para assunção de cargo público, nos termos da norma acima citada, a idade mínima de dezoito anos, aptidão física e mental e a quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- c) a nomeação, em caráter efetivo, para cargo de carreira, desde que atendidos os requisitos legais, pode decorrer de livre indicação da autoridade competente.
- d) não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.
- e) a posse em cargo público pode dar-se mediante procuração específica.

29) FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

De acordo com o Decreto-lei 220/1975 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro), são hipóteses de licença sem vencimento:

I. para acompanhar o cônjuge eleito para o Congresso Nacional; ou mandado servir em outras localidades se militar, servidor público ou com vínculo empregatício em empresa estadual ou particular.

II. para desempenho de mandato eletivo.

III. a título de prêmio, pelo prazo de 3 (três) meses.

Dos itens acima, apenas:

- a) II está correto.
- b) I e III estão corretos.
- c) I e II estão corretos.
- d) III está correto.
- e) II e III estão corretos.

30) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Nos termos do que dispõe a Lei no 9.826/74, em relação ao regime disciplinar, pode-se afirmar como correto que

- a) o exercício da legítima defesa é causa excludente de responsabilidade administrativa, ainda que haja excesso e desproporcionalidade na conduta do funcionário.
- b) a apuração da responsabilidade funcional será feita através de sindicância ou de inquérito.
- c) o ilícito administrativo é punível quando comprovado que o seu resultado foi perturbador do serviço estadual.
- d) o ilícito de abandono de cargo e a respectiva punição prescrevem em 03 (três) anos.
- e) se vários funcionários lotados em órgãos diversos do Poder Executivo, juntos praticarem ilícito administrativo, a competência para a apuração da responsabilidade será do Ministério Público.

Improbidade Administrativa

31) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2013

Assinale a alternativa correta a respeito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992).

- a) Na ação judicial de improbidade administrativa, a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos se efetivam com o deferimento da liminar pela autoridade judiciária competente.
- b) Além de outras penalidades, aquele que cometer ilícito previsto na Lei de Improbidade

Administrativa ficará sujeito à cassação de seus direitos políticos.

c) As penas cominadas pela Lei de Improbidade Administrativa são específicas e individualizadas, não podendo atingir o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente.

d) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à vítima representar à autoridade judiciária, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

e) Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

32) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Um agente público que pratica um ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, está sujeito a várias penalidades, dentre elas a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos, que só poderão ser efetivadas

a) após a denúncia concreta.

b) em qualquer fase do processo administrativo.

c) de imediato.

d) após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

e) após o encerramento da fase probatória.

33) FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012

De acordo com a Lei nº 8.429/92, o prazo de suspensão dos direitos políticos do agente que comete ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito é de:

a) três a cinco anos.

b) cinco a dez anos.

c) cinco a oito anos.

d) três a oito anos.

e) oito a dez anos.

Serviços Públicos

34) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

Em relação à prestação de serviços públicos e à organização da administração pública, assinale a opção correta.

a) As sociedades de economia mista são entidades de direito privado constituídas exclusivamente para prestar serviços públicos, de modo que não podem explorar qualquer atividade econômica.

b) Em decorrência do princípio da continuidade do serviço público, admite-se que o poder concedente tenha prerrogativas contratuais em relação ao concessionário. Uma dessas prerrogativas é a possibilidade de encampação do serviço, quando necessária à sua continuidade.

c) A concessão de serviço público pode prever a delegação do serviço a um consórcio de

empresas, caso em que o contrato de concessão terá prazo indeterminado.

- d) Os serviços públicos serão gratuitos, ainda que prestados por meio de agentes delegados.
 e) O poder público poderá criar uma autarquia para centralizar determinados serviços públicos autônomos. Nessa hipótese, esses serviços passam a integrar a administração direta, com gestão administrativa e financeira centralizadas no respectivo ente federativo.

35) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

A respeito de licitações, contratos administrativos e convênios, assinale a opção correta.

- a) Tratando-se de pregão, os prazos para o fornecimento dos bens ou serviços contratados serão fixados na fase externa da licitação, imediatamente após a convocação dos interessados.
 b) Veda-se a celebração de contratos de repasse entre a União e órgãos estaduais relacionados à execução de obras e serviços de engenharia se o valor da transferência da União for inferior a R\$ 250.000.
 c) No âmbito do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), define-se como projeto básico o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas técnicas pertinentes.
 d) Veda-se a utilização do Sistema de Registro de Preços para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços destinados ao atendimento a mais de um órgão ou entidade.
 e) Em se tratando de licitação de obra relacionada a empreendimento executado e explorado sob o regime de concessão, é vedado incluir no objeto da licitação a previsão de obtenção de recursos financeiros para a sua execução.

Gabarito

1) A	2) B	3) E	4) C	5) C
6) B	7) B	8) A	9) E	10) C
11) C	12) A	13) E	14) C	15) D
16) B	17) C	18) E	19) E	20) A
21) E	22) E	23) D	24) A	25) C
26) D	27) B	28) C	29) C	30) B
31) E	32) D	33) E	34) B	35) B

